



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Encaminha-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação

em 05/12/11

Presidente

PROTOCOLO Nº	201
Data	30/11/11 14:42 Horas
Serviço de Expediente	

PROJETO DE LEI Nº ____ DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

SÚMULA

“Institui o sistema de “Prontuário Eletrônico Único” no âmbito da rede pública municipal de saúde do Município de Anápolis – GO e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou,
e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1 – Fica instituído o sistema de “prontuário eletrônico único” no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde do Município de Anápolis - GO, como meio de otimizar e agilizar o atendimento a população, com o depósito de todas as informações possíveis sobre o paciente, organizadas e disponíveis em rede digital eletrônica.

ART. 2 – O “prontuário eletrônico único” conterá todas as informações possíveis, a partir da data que o sistema começar a operar, inclusive, fichário pretérito com dados sobre todas as consultas e exames anteriores, patologias crônicas já verificadas, medicamentos prescritos, tratamentos em curso, entre outras, a serem incluídas quando da regulamentação desta lei.

Parágrafo Único – É objetivo desta lei:

I – Proporcionar ao cidadão melhor atendimento na rede pública de saúde;

II – Otimizar o atendimento e agilizar o tratamento do paciente recebido em urgência ou consulta;



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

III – Diagnosticar o status de saúde da população para regular a demanda;

IV – Prestar um serviço público de qualidade com o pronto atendimento do cidadão.

ART. 3 – Esta lei será regulamentada por decreto e sua operacionalização ocorrerá à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 4 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anápolis, Sala das Comissões do Palácio de Santana, 30 de novembro de 2011.


Wesley Silva
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

JUSTIFICATIVA

Com a revolução da tecnologia computacional vivenciada pela humanidade do século passado, a informática está cada vez mais presente em nossas vidas. Tal presença é percebida em nosso cotidiano doméstico, no trabalho, nas universidades, e nos meios de comunicação, proporcionando um novo modo de desenvolver tarefas.

As instituições de saúde no Brasil iniciaram o processo de informatização pelos setores administrativos na década de 1980. Tendo em vista, o sucesso da informatização dos setores administrativos e a crescente revolução nas formas de comunicação proporcionadas pela informática.

O emprego inicial da informática no ambiente hospitalar para fins da prática clínica se deu em equipamentos de monitorização de hemodinâmica, aparelhos de auxílio diagnóstico e equipamentos de suporte avançado de vida.

Em 1986, o Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio de relatório da Comissão Especial de Informática, foi destacada a relevância do emprego do computador pelos funcionários da saúde. Este relatório fruto do encontro e discussão de diversos profissionais da área da informática em saúde, instituições prestadoras de serviços e acadêmicos, norteou diretrizes de um novo programa nacional para esta área, abrangendo aspectos dos serviços de saúde, pesquisa, assistência e formação de recursos humanos.

O despertar de interesses e a natural curiosidade pelo novo objeto (computador) inserido no contexto laboral, corroborou para que os profissionais de saúde superassem o medo inicial e pudessem compreender que a informática é uma realidade e que deve ser dominada por todos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Seguindo a tendência mundial de processar, gerenciar e armazenar informações relevantes no formato eletrônico observamos a elaboração e introdução progressiva dos sistemas de informação em saúde, também chamado de "Prontuário Eletrônico do Paciente" (PEP), nas instituições de saúde públicas e privadas no Brasil.

O prontuário eletrônico é um meio de informação utilizado pelos profissionais de saúde, com os objetivos de padronizar e organizar de maneira concisa os dados relativos a cada paciente, otimizando a assistência prestada.

Portanto, o prontuário eletrônico é um instrumento de comunicação, que permite a todos os profissionais registrar os dados referentes ao seu atendimento, para que posteriormente, seja possível realizar, a qualquer tempo, análise dos registros, discussão, pesquisa e consulta.


Estudos tem apontado a atual tendência e futura certeza do uso do Prontuário Eletrônico do Paciente como novo paradigma de registro de informações clínicas.

Ainda, sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei ora apresentado pode dizer que a Constituição Federal em seu Art. 30, inciso I preleciona que "compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local."

Ressalta-se que a iniciativa, in locus, é muito valiosa para o Município, pois contribuirá para o desenvolvimento social do mesmo.

Face ao exposto, é como justificamos a presente proposição, o parlamentar in fine assinado conta com o apoio dos Ilustres Pares para aprovação do presente feito.

Anápolis, Sala das Comissões do Palácio de Santana, 30 de novembro de 2011.


Wesley Silva
Vereador